

Formação Profissional

Da formação profissional adquirida destaca:

“Programa para Top Management”, promovido pelo CEGE — Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão, em Outubro de 1995.

Programa de Gestão para Dirigentes do Instituto de Informática, realizado em 1996.

“Programa INOVA — Investir em Novos Objectivos para a Valorização da Administração”, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que decorreu de 22 de Fevereiro a 30 de Junho de 1999, com a duração de 92 horas.

“Gestão Estratégica”, promovido pelo INA, de 23 de Outubro a 3 de Dezembro de 2006.

“FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública”, que decorreu no INA, de 15 de Setembro a 12 de Dezembro de 2008, com a duração de 180 horas.

202860056

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 2407/2010

O processo de reestruturação da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento militar (DGPRM), iniciou-se com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 21/2009, de 4 de Setembro.

Ao abrigo do n.º 4 do artigo n.º 11 da Lei 53/2006, de 7 de Setembro, no decurso do processo de reestruturação dos serviços o trabalhador pode optar pela colocação em situação de mobilidade especial, desde que obtida a anuência do dirigente máximo do serviço.

Assim, nos termos do artigo 19.º da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro, publica-se a lista nominativa, aprovada por despacho do Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, dos trabalhadores do mapa de pessoal da DGPRM que optaram pela colocação em mobilidade especial.

Lista nominativa do pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar que optou voluntariamente pela sua colocação em mobilidade especial, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei 53/2006, de 7 de Setembro e do artigo 19.º da Lei 53/2006, de 7 de Setembro

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Posição Remuneratória
Maria José Encarnação Águas	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	10.º Posição Remuneratória correspondente ao 15.º Nível Remuneratório da Tabela Remuneratória Única.
Anabela Alexandrino Fernandes Duarte Machado Correia Ribeiro.	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	Posição Remuneratória. Intermédia entre a 2.ª e a 3.ª, e entre o 7.º e o 8.º Nível Remuneratório da Tabela Remuneratória Única, correspondendo o montante pecuniário de € 817.01.

15 de Janeiro de 2010. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

202864982

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Declaração de rectificação n.º 223/2010

Após publicação com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2010, de p. 334 a p. 335, do aviso n.º 186/2010, rectifica-se que onde se lê «2.º vogal: António Manuel Costa Maurício — enfermeiro especialista em saúde infantil e pediátrica da Maternidade Alfredo da Costa» deve ler-se «2.º vogal: José Henrique Lima dos Santos — enfermeiro especialista do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» e onde se lê «1.º vogal: José Henrique Lima dos Santos — enfermeiro especialista do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» deve ler-se «1.º vogal: António Manuel Costa Maurício — enfermeiro especialista em Saúde Infantil e Pediátrica da Maternidade Alfredo da Costa».

1 de Fevereiro de 2010. — O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Fernando Manuel Caetano da Silva*.

202861522

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho (extracto) n.º 2408/2010

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 18.º do Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9390/2007, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 100, 2.ª série, de 24 de Maio, independentemente dos procedimentos concursais em curso, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio em comissão de serviço, em regime de substituição, para desempenhar as funções de Chefe do Núcleo de Apoio Técnico, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, a licenciada Ana Isabel Oliveira de Freitas Lourenço

Martins, em acumulação com o exercício do cargo de coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro.

Assinado em 22 de Janeiro de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese Curricular

Nome: Ana Isabel Oliveira de Freitas Lourenço Martins

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1973

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações académicas: Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações (Instituto Superior de Psicologia Aplicada)

Percurso Profissional:

Iniciou a sua actividade profissional em 1998 no Ministério do Trabalho e da Solidariedade, (Gabinete de Apoio Técnico do Serviço Sub-Regional de Sintra-CRSSLVT e Núcleo de Planeamento e Estatística do Centro Distrital de Lisboa) tendo transitado, em 2004, para o Ministério da Administração Interna, para o então Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

Entre 2004 e 2007 desempenhou funções de assessoria técnica no Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), nomeadamente na área da vigilância e alerta, no que respeita à análise de indicadores para apoio à decisão operacional e na área organizacional, através do acompanhamento do projecto “Protecção Civil Digital” e implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP).

Entre 2006 e 2008 integrou a Equipa de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (área da Protecção Civil), com responsabilidades na condução de *dossiers* de política comunitária, em especial ao nível da revisão do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, da implementação de sistemas de alerta precoce, da revisão das Directrizes de Oslo e do financiamento do transporte em situações de emergência no quadro do Instrumento Financeiro de Protecção Civil.